

O mercenarismo não prova o mensalão

César Felício

(Valor Econômico, 29 de dezembro de 2005)

Se o ano de 2005 merecer ser lembrado por um único dia, o será pelo 6 de junho, quando o então deputado petebista Roberto Jefferson escolheu a data do desembarque aliado na Normandia para fumar seu último cigarro, colocar na cabeça uma faixa branca com um sol vermelho e arremeter seu avião contra o couraçado do Planalto. Na entrevista para a jornalista Renata Lo Prete, da Folha de S.Paulo, Jefferson tratou não apenas do mensalão, mas do loteamento de cargos no governo, de arrecadação paralela de recursos para as campanhas e, acima de tudo, denunciou uma filosofia de governar. "É mais barato pagar o exército mercenário do que dividir o poder", afirmou. Às vésperas de uma nova campanha eleitoral e, provavelmente, de mais uma reforma ministerial, não foi feito nada, do ponto de vista estrutural, que isole o ano de 2006 do uso de caixa 2 ou do fisiologismo. Mas o gesto kamikaze, partindo de quem partiu e contra quem partiu, pode ser um alerta contra a construção de alianças de pragmatismo ilimitado.

No cálculo puro dos votos às teses governistas no Congresso entre 2003 e 2004, o mensalão - se entendido como remuneração ao parlamentar em troca de sua fidelidade nas votações da Câmara - é a única denúncia de Jefferson que não se provou. Pagamentos mensais como esses não seriam dados sem contraprestação, e os dados disponíveis desautorizam a hipótese, em que pese a intensa relação de assessores de parlamentares com o publicitário Marcos Valério e seus agentes pagadores.

Um estudo da consultoria Arko Advice, divulgado há alguns meses, sobre o comportamento das bancadas nas principais votações mostrou que Lula dispôs ao longo de 2003 e 2004 de uma base congressual menos coesa, para o bem e para o mal de seu governo, do que a de Fernando Henrique.

O trabalho da Arko Advice, que analisa o comportamento das bancadas em relação às propostas que permitiram a regulação do sistema financeiro, a reforma tributária, a reforma da previdência, a lei de falências, a concessão de status de ministro ao presidente do Banco Central e ao salário mínimo que vigorou em 2004, constatou que o índice máximo de apoio a Lula veio do PT, com apenas 84,3% dos votos favoráveis.

Segundo o estudo "Migração Partidária e Comportamento Legislativo" feito pelos cientistas políticos do Cebrap Fernando Limongi, Argelina Figueiredo e Andréa Marcondes sobre as quatro sessões legislativas do governo Fernando Henrique, em nenhum dos oito anos tucanos o apoio do PSDB à administração do correligionário desceu a menos de 92,5%. No caso do PFL, o mínimo que se chegou foi 94,6%. Este estudo considerou todas as votações em que os líderes do governo e do PT, o principal da oposição, apresentaram orientações divergentes.

Com a vice-presidência e um ministério na mão no começo da era Lula, o PL deu 80,4% de seus votos para o governo petista em seu primeiro biênio, pelo cálculo da Arko Advice. No estudo dos pesquisadores do Cebrap, sem presença no primeiro escalão, 88,4% dos deputados do PL, em média, votavam com Fernando Henrique na sessão legislativa de 1995 a 1997.

Confiar nesta gente é um erro, já disse Maquiavel

A grande diferença entre o atual governo e o passado é que o petista tinha um trunfo na mão,

inexistente para os tucanos: o apoio parcial dos oposicionistas, que, em tese, barateia a barganha com os famintos da base situacionista. O PSDB marcou 31,1% de seus votos a favor do governo, um ponto percentual a mais do que os registrados pelos pefelistas. Descontados os ausentes, tucanos e deputados do PFL não conseguiram sequer reunir a maior parte de suas bancadas, na maioria dos casos, para votar contra o governo.

Diferente do que ocorria no governo passado, em que em nenhuma das duas legislaturas o apoio congressual do PT a Fernando Henrique ultrapassou 1,2% dos integrantes de sua bancada. Entre 2001 e 2003, segundo Limongi, Argelina e Andréa, PSB e PC do B superaram o PT em coerência e deram zero por cento de seus votos para o governo. Mesmo levando em conta que o estudo dos pesquisadores do Cebrap exclui as votações em que os líderes da oposição trabalharam em consenso com o governo, não resta dúvida sobre quem enfrentou a oposição mais implacável.

A diferença no plenário se estendia à execução orçamentária. No governo tucano, a coesão da base aliada passava por uma alta taxa de execução das emendas individuais ao Orçamento, o que não ocorre agora. Em 2001, por exemplo, 79,5% das emendas pemedebistas foram executadas. Em 2004, segundo dados disponíveis na página do Senado na Internet, só 45% das emendas do PMDB foram pagas.

Em compensação, Lula não deixou os oposicionistas no sereno, como fizeram os tucanos. Somente no segundo mandato do governo Fernando Henrique a oposição começou a ter suas emendas parlamentares atendidas. Houve execução de apenas 15,3% das emendas petistas em 1997, o ano da aprovação da reeleição. No governo Lula, pagou-se 31% das emendas tucanas em 2004.

Se não era o mensalão descrito por Roberto Jefferson, o que representam então os fluxos de dinheiro identificados este ano? A vinculação dos gastos com caixa 2 nas campanhas eleitorais de 2002 e 2004, para a conquista de apoio político em 2006, é a resposta mais provável no momento e não livra o petismo da maldição de Maquiavel, ao investir, possivelmente no sentido literal do verbo, em composições com a raia miúda do quadro partidário.

O pensador florentino afirmava, no capítulo 12 do "Príncipe", que era um erro buscar sustentar-se em exércitos mercenários. "Se alguém tem o seu Estado apoiado nas tropas mercenárias, jamais estará firme e seguro (...) tanto se adia a ruína, quanto se transfere o assalto; (...)A razão disto é que elas não têm outro amor nem outra razão que as mantenha em campo, a não ser um pouco de soldo, o qual não é suficiente para fazer com que queiram morrer por ti. Querem muito ser teus soldados enquanto não estás em guerra, mas, quando esta surge, querem fugir ou ir embora".